

## **O INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA E A CONTRIBUIÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA NO BRASIL 1962 – 1971<sup>1</sup>**

Victoria Vicente Rodrigues Lopes <sup>2</sup>  
Nilton Abranches Júnior <sup>3</sup>

### **RESUMO**

O presente trabalho teve como objetivo geral apresentar, discutir e analisar as apostilas utilizadas no Curso de férias para aperfeiçoamento de professores de Geografia do Ensino Secundário, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no período de 1962 a 1971 no Rio de Janeiro. Os cursos de férias faziam parte do programa de divulgação cultural do Conselho Nacional de Geografia oferecidos a professores de todos os estados e territórios federais, visando aperfeiçoar culturalmente os professores de Geografia do ensino secundário e apresentar as metodologias da Geografia Moderna. Entendemos que o IBGE atuou como um Aparelho Ideológico de Estado, interpelando ideologicamente, por meio dos cursos de aperfeiçoamento, a formação de professores de Geografia. Para isto, aprofundamos a análise sob os temas predominantes na apostila: Cartografia e Estatística, Ensino de Geografia e Recursos didáticos e, Geografia Econômica, juntos eles representam mais de 50% das aulas ministradas no curso. Descrevemos os conteúdos que eram ministrados nas aulas com a finalidade de entender quais assuntos eram mais relevantes e a forma como estes eram abordados nas apostilas. Os resultados desta pesquisa apontam que o Instituto desempenhou um papel importante na formação de professores de Geografia no Brasil ao capacitá-los para ministrar aulas de forma eficaz e atualizada, ao mesmo tempo em que disseminava a concepção de que cada instituição/ indivíduo exercia uma função específica, conferindo a sociedade como um conjunto estável e harmônica, o que contribuiu para mascarar a realidade política e social no Brasil.

**Palavras-chave:** Curso de Férias, Formação docente, IBGE.

### **ABSTRACT**

The general objective of this work was to present, discuss and analyze the handouts used in the Vacation Course for the improvement of Secondary Education Geography teachers, made available by the Brazilian Institute of Geography and Statistics from 1962 to 1971 in Rio de Janeiro. The summer courses were part of the National Geography Council's cultural dissemination program offered to teachers from all states and federal territories, aiming to culturally improve secondary school Geography teachers and present Modern Geography methodologies. We understand that IBGE acted as an Ideological State Apparatus, ideologically questioning, through improvement courses, the training of Geography teachers. To do this, we deepened the analysis under the predominant themes in the booklet: Cartography and Statistics, Teaching Geography and Teaching Resources and Economic Geography, together they represent more than 50% of the classes taught in the course. We described the content that was taught in classes in order to understand which subjects were most relevant and the way in which they were

---

<sup>1</sup> Trabalho resultado de dissertação de mestrado intitulada “O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a contribuição na formação de Professores de Geografia no Brasil 1962 – 1971” defendida em fevereiro de 2023 financiado pela CAPES.

<sup>2</sup> Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, [lopesvvr@gmail.com](mailto:lopesvvr@gmail.com) ;

<sup>3</sup> Doutor em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, [niltonabranches07@yahoo.com.br](mailto:niltonabranches07@yahoo.com.br) .

covered in the handouts. The results of this research indicate that the Institute played an important role in the training of Geography teachers in Brazil by enabling them to teach classes in an effective and updated way, at the same time as it disseminated the concept that each institution/individual played a role specific, giving society a stable and harmonious whole, which contributed to masking the political and social reality in Brazil.

**Keywords:** Vacation Course, Teacher Education, IBGE.

## INTRODUÇÃO

A Geografia, como uma área do conhecimento científico, é, também, uma das disciplinas que compõem o currículo da educação básica. Partimos da premissa que a Geografia pode ser considerada uma disciplina de caráter estratégico, que possui estreita ligação a um conjunto de práticas necessárias para se pensar o espaço geográfico, para que nele se possa se organizar e agir. No entanto, ao longo de sua história esteve vinculada às questões de Estado, muitas vezes usada para legitimar uma narrativa de dominação, subjugando e excluindo grupos sociais historicamente marginalizados (Lacoste, 1976).

Entendemos que conhecimento geográfico, principalmente nas décadas de 1930 a 1970 aliado a uma ideologia modernizadora, também teve papel fundamental na difusão de valores patrióticos e na construção de uma identidade nacional no Brasil (Moraes, 1991). Sendo assim, portanto, se verificarmos as políticas públicas deste período voltadas à formação de professores, a estruturação do ensino e os materiais didáticos utilizados nas escolas, constataremos que o desejo de construir uma “nação” encontrava no discurso geográfico uma base de se consolidar e disseminar os “valores” referentes à nacionalidade, à disciplina, à moral e também a formação de mão de obra trabalhadora (Romanelli, 1986; Pizzato, 2001; Pinheiro, 2003; Aranha, 2012; Vlach, 2013). Entendemos também que neste período estudado, além da escola, a Geografia por meios de órgão do governo, também atuou para propagar uma ideologia nacionalista.

Através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Geografia aparece como um conhecimento fundamental para atender as expectativas e necessidades da época, isto é, sistematizar o conhecimento do território brasileiro e a formação de uma identidade nacional. Entendemos que a criação do Instituto não foi um fato isolado, mas fez parte do projeto político de modernização do Estado brasileiro do primeiro Governo Getúlio, fundamentado no território nacional, o que enfatiza sobre a importância atribuída à Geografia e à Estatística na construção de saberes técnicos e científicos que fornecessem suporte às ações governamentais (Penha, 1993; Andrade, 2008; Lamego, 2010; Aranha, 2014).

Levando em consideração esse papel exercido pelo IBGE, acreditamos que o Instituto, por meio dos cursos de férias para aperfeiçoamento de professores de Geografia do ensino secundário que foram oferecidos no período de 1962 a 1971, contribuiu para propagar na formação docente, logo, na educação, a ideologia que imperava no Instituto. Desta maneira, este trabalho teve como objetivo analisar as apostilas dos cursos de férias disponibilizados pelo IBGE, verificar quais as contribuições que o Instituto forneceu para a formação docente e quais ideologias foram transmitidas a esses professores.

## **METODOLOGIA**

Em um primeiro momento realizamos uma revisão bibliográfica sob uma perspectiva histórica dos acontecimentos no Brasil, a fim de compreender o pensamento ideológico predominante e os acontecimentos políticos e sociais no período de 1930 a 1970. Consideramos que no recorte temporal estabelecido, o contexto foi fundamental para o desenvolvimento do conhecimento Geográfico Brasileiro e para a fundação de Instituições alinhadas ao Aparelho Estatal. Segundamente, realizamos um breve panorama do desenvolvimento da educação brasileira, buscando entender como essa ideologia teve influência nas Reformas educacionais e no ensino de Geografia. Em seguida, com a finalidade de apresentar o papel do IBGE na construção do Brasil, realizamos uma revisão bibliográfica sob a concepção dos Geógrafos e Geógrafas. Buscamos ainda apresentar as contribuições que o IBGE fornecia por meio dos cursos destinados a professores, para isto trabalhamos com as fontes: Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, edição de 1946; Revista Brasileira de Geografia, edição de 1939 a 1972; Revista Brasileira de Estatística, edição de 1943; Boletim Geográfico, edição de 1945 a 1972; e os Cursos de Férias para Aperfeiçoamento de Professores de Geografia do Ensino Secundário / Ensino Médio, de 1962 a 1971. Baseado nas revisões bibliográficas utilizadas, por fim apresentaremos o resultado da análise do “O Curso de Férias para Aperfeiçoamento de professores de Geografia” realizado nos meses de janeiro e fevereiro de 1962 a 1971.

O curso somente possui 10 apostilas existentes, estas continham 211 aulas que foram todas lidas buscando o seu tema central e em qual área da Geografia melhor se encaixavam. Após termos feito a classificação para cada aula, as alocamos em temas e áreas mais recorrentes, assim tivemos dez eixos temáticos: 1- Cartografia e Estatística; 2- Ensino de Geografia e Recursos didáticos; 3- Geografia Econômica; 4- Natureza e Aspectos físicos; 5- Geografia Regional; 6- Aspectos Humanos; 7- Geografia Geral e Geografia Política; 8- Geografia Agrária; 9- Organização política, espacial e territorial do Brasil; 10- Geografia e suas metodologias.

Desses eixos os temas com maior quantitativo de aulas são: Cartografia e Estatística (44), Ensino de Geografia e Recursos didáticos (34), Geografia Econômica (29), juntos eles representam mais de 50% das aulas ministradas no curso.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desempenhou um papel importante na formação de professores de Geografia no Brasil, oferecendo cursos de formação para professores de Geografia, visando capacitá-los para ministrar aulas de forma eficaz e atualizada. Esses cursos eram voltados para professores que já estavam atuando na sala de aula e buscavam aperfeiçoar suas habilidades e conhecimentos. Os cursos abordavam temas como a história da Geografia, a metodologia de ensino da Geografia, o uso dos mapas e recursos audiovisuais, bem como o estudo dos problemas geográficos do Brasil. Eles incluíam aulas práticas de planejamento, pesquisa de campo e elaboração de projetos pedagógicos. Além disso, o IBGE também publicou livros didáticos e materiais de apoio para professores de Geografia, atualizados e relevantes para o ensino da disciplina. Todos esses programas visavam capacitar os professores para ministrar aulas de forma eficaz e atualizada, garantindo que os alunos recebessem uma educação de qualidade, além de estarem em contato com as tendências educacionais da época. Com base nesse papel desempenhado pelo IBGE, acreditamos que o Instituto, ao oferecer cursos de férias para aperfeiçoamento de professores de Geografia do ensino secundário nos anos de 1962 a 1971, contribuiu para que a ideologia que imperava no Instituto fosse propagada na formação de professores e, conseqüentemente, na educação.

Durante o Governo da Era Vargas, vimos que o nacional-desenvolvimentista foi o projeto modernizador executado pelo Brasil na esperança de estender os benefícios econômicos, políticos e sociais da modernidade a toda sociedade brasileira. Os discursos procuravam vincular o desenvolvimento econômico à superação da miséria e ao fortalecimento da unidade nacional mediante uma política integradora. Ele entendia que o desenvolvimento econômico do Brasil estava atrasado há séculos e que para superar esse atraso era necessário avançar na industrialização no país no espírito de uma visão nacionalista (Bresser-Pereira, 2009). Para tanto, buscou, em primeiro lugar, dotar o país de um Estado eficiente, em segundo lugar, integrar mais política e socialmente o Brasil e, em terceiro lugar, promover o desenvolvimento econômico e industrial do país (Bastos, 2006).



A Geografia surge como um conhecimento fundamental para atender às expectativas e necessidades de sistematização do conhecimento sobre o território brasileiro e à formação de uma identidade nacional. Esta necessidade de sistematizar a informações sobre o território brasileiro, encontrou no método regional da Geografia Francesa a base sobre qual a Ciência Geografia se desenvolveria no Brasil. A Escola Francesa desenvolveu-se apoiada no funcionalismo, concepção de que a sociedade estava composta de partes, no qual cada instituição/ indivíduo exercia uma função específica, criando assim um todo estável e harmonioso na sociedade. Desta forma, a investigação centrou-se em pequenas áreas e designou-se por estudos regionais, definindo uma região como um espaço no qual as características da natureza e da cultura se combinam para conferir ao espaço características que o distinguem de outras áreas. A ideia era descrever detalhadamente as condições físicas, humanas e econômicas e depois apresentar as relações existentes para obter uma síntese entre o homem e o meio ambiente. As mesmas características foram incorporadas e aplicadas na realidade brasileira.

O Governo de Vargas teve papel fundamental no processo de estruturação do mapeamento territorial do país, uma vez que o sucesso dos levantamentos estatísticos dependia da existência de documentos cartográficos tecnicamente confiáveis. A criação do IBGE em 1937 faz parte da continuidade das pesquisas sobre o conhecimento geográfico do território brasileiro, que na maior parte do país era física e culturalmente desconhecido, as cidades e vilas não tinham localização precisa, a área, forma e a configuração dos municípios eram desconhecidas (Zarur, 1948). Desta forma podemos constatar que desde o início, existe uma relação entre estatística e Geografia, que visava unificar o conhecimento da Terra com o conhecimento das atividades humanas, utilizando a estatística para interpretar valores numéricos de elementos geográficos. O IBGE foi responsável pela documentação completa do território brasileiro para fins de cobertura e planejamento sistemático. Por isso, a cartografia geográfica do Brasil está intimamente ligada ao conhecimento técnico e instrumental.

Os cursos de formação de professores do IBGE valorizam muito o enfoque temático do mapeamento. Das 211 aulas oferecidas, 44 foram sobre cartografia. Vale destacar que o Instituto esteve envolvido no desenvolvimento de mais quatro temas específicos: Noções básicas de Cartografia, Leitura e interpretação de cartas/mapas, Cartografia e Geografia escolar e, Recursos estatísticos. Note-se que no caso do IBGE, era necessário que o professor de Geografia dominasse a teoria e os conceitos básicos da cartografia, incluindo o conhecimento de todo o processo de desenvolvimento dos mapas, mesmo que o professor não fosse obrigado

a produzidos. Tendo dominado as noções e os conceitos básicos de cartografia, o professor de Geografia ainda teria que saber ler e interpretar corretamente um mapa e uma carta, tendo como finalidade sua aplicação como recurso didático para o aprendizado da Geografia. Desta forma, a aplicação da cartografia no ensino de Geografia preocupava-se com o bom manuseio do Atlas, com a atenção voltada para aplicação dos princípios geográficos e buscando evitar a memorização, assim como a utilização de mapas, onde se privilegiava o princípio de localização dos fenômenos espaciais. A utilização do Atlas Geográfico Escolar foi um recurso bastante proposto pelo Instituto, o que ao nosso ver também foi uma forma de divulgar o trabalho geográfico que o IBGE estava realizando no Brasil.

Além disso, o mapa foi considerado uma ferramenta que o professor tinha absolutamente que utilizar. Para o Instituto, nele se acha a resposta ao relacionar os princípios básicos da Geografia com as informações que as cartas podem fornecer, assim como na comprovação do aspecto sintético da ciência geográfica e dos mapas. Podemos perceber que o conhecimento cartográfico disseminado pelo IBGE se associava a fins de dominação, controle e organização do território. Associamos este fato ao desenvolvimento da Geografia com base na tendência positivista, em que a ciência dos fenômenos deveria basear-se apenas no observável, estando às leis desta atribuídas a fazer previsões. Outro fator importante foi o desenvolvimento da Geografia brasileira sob influência da base francesa, em que a cartografia foi amplamente utilizada para visualizar a distribuição desigual da população na superfície terrestre e identificar as diferenças entre concentrações maiores em determinados pontos e vazios demográficos em outros. A busca por técnicas cartográficas aprimoradas fez parte constante da experiência geográfica, uma vez que a própria concepção de espaço estava ligada ao mapeável. No método regional, o mapa é a síntese, a conclusão, buscava-se a superposição destes com intuito de encontrar a síntese, a qual espelharia a dinâmica da vida regional, dando assim, uma visão global da realidade. (Martinelli, 2001; Andrade, 2008)

Destaca-se, também, uma valorização dos recursos estatísticos e matemáticos no IBGE. Das 44 aulas, somente 20 foram direcionadas ou desenvolveram aplicações para o ensino de Geografia, isto é, considerando que este era um curso de aperfeiçoamento docente, consideramos que essa temática pouco preparou o docente para pensar em formas didáticas de aplicar o conhecimento cartográfico na escola. Tem-se, assim, um foco teórico e técnico, com a valorização de uma linguagem técnica-matemática pouco didática, o que ao nosso ver contribuiu muito mais para a permanência de uma prática docente tradicional do que para uma renovação do ensino da cartografia.

Vimos também que a educação, por meio das Reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema, teve em vista produzir estudantes secundaristas autorregulados e produtivos, em sintonia com a sociedade disciplinar e capitalista que se consolidava, no Brasil, nos anos de 1930 (Dallabrida, 2009; Bittar e Bittar, 2012). Para Campos a educação tinha como objetivo preparar com eficiência os cidadãos a cumprirem seus deveres para com a Nação. Já a Reforma Capanema defendia a proposta de educar para a pátria e formar a personalidade integral dos alunos, acentuar na formação espiritual a consciência patriótica e a consciência humanística, assim como preparar intelectualmente e servir de base a estudos mais elevados. A Geografia, como disciplina obrigatória no curso ginasial, estava totalmente ligada à ideologia nacionalista, devendo desenvolver nos adolescentes os elementos essenciais da moralidade o espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência da responsabilidade. Aliado ao movimento escolanovista, o ensino deveria ter como finalidade estabelecer de forma clara e permanente as relações do homem com a terra e buscar uma aproximação da Geografia com o saber científico e os saberes produzidos fora da escola. A modernização do ensino de Geografia baseou-se nos princípios positivistas e, sobretudo, adotou o discurso da neutralidade da ciência. Esta Geografia expandiu um discurso técnico aparentemente neutro, no qual não existia discurso ético.

Podemos verificar que as aulas do curso de aperfeiçoamento também foram baseadas nos princípios da Escola Nova e da Geografia Moderna. Dessa forma, tudo o que é tradicional na Geografia e no seu ensino se criticou em seu conteúdo, principalmente pela descrição e memorização da nomenclatura e características geográficas e pela falta de conexão com a realidade dos alunos. Os intelectuais da Escola Nova criticaram a figura centralizadora do professor e da transmissão do conhecimento. Com isto, defenderam o aluno como centro do processo educacional e argumentaram que a educação pública precisava ser reestruturada. Visando com isto, contribuir para o progresso científico e tecnológico, assim como para o desenvolvimento produtivo e econômico. Desta maneira, o sistema educacional deveria se submeter a essas influências para se adaptar à realidade econômica, identificando a educação como um canal capaz de realizar as transformações necessárias à modernização do Brasil.

No eixo temático sobre o “Ensino de Geografia e Recursos didáticos” podemos elencar três temas mais trabalhados: Recursos didáticos, Geografia e educação e, planejamento. Há um notável predomínio de cursos que orientam o uso de recursos didáticos, o que é compreensível, uma vez que visavam evitar o verbalismo e o enciclopedismo em favor de um ensino geográfico

mas significativo. Esses recursos tiveram como objetivo aumentar o dinamismo da sala de aula, captar a atenção dos alunos e envolvê-los no processo de aprendizagem.

Em seguida temos o tópico de Geografia e educação, cujo objetivo foi discutir teoricamente os conceitos didáticos e pedagógicos da educação geográfica, no qual podemos rever as críticas ao modelo tradicional de ensino. Neste modelo, a figura do professor como principal portador do conhecimento está no centro do processo educativo. Desta forma, as aulas apresentadas partilham a crença na necessidade de uma renovação da educação, partindo do pressuposto de que essa mudança ocorrerá através da descentralização do papel do professor no processo educativo, centrando-se no aluno e dando-lhe uma papel ativo na aprendizagem de suas peças. Por fim, o tópico de planejamento, teve como objetivo conscientizar os professores de Geografia sobre a prática do planejamento como meio para o bom desenvolvimento do ensino-aprendizagem, com ênfase nos objetivos educacionais formativos e em uma prática mais dinâmica e relacionada às realidades dos alunos.

Já quanto ao tema da Geografia Econômica, essa se desenvolveu no Brasil em decorrência das transformações ambientadas no país. Primeiramente sobre o tema a respeito dos recursos naturais, tendo em vista que a partir de 1940, com a implantação da indústria de base no Brasil, ganharam dimensões os problemas relacionados a agricultura e pecuária (Silva, 1988). Podemos perceber essa tendência no tópico sobre Agricultura e Pecuária do eixo temático “Geografia Econômica” onde as aulas abordavam a problemática da agricultura e da pecuária frente ao processo de industrialização. Comparada a indústria, a agricultura é apontada como uma atividade de baixa produtividade, onde o crescimento de sua produção era considerado insuficiente em relação à demanda. Além disso, o campo não conseguia manter a sua mão-de-obra e não conseguia solucionar o problema da estagnação da renda social. Já a pecuária, embora o Brasil possuísse o maior rebanho de criação do mundo, estes eram considerados de baixo valor econômico, além de não possuir desenvolvimento homogêneo nas regiões do país. Tais problemas são tratados nas aulas como característicos de países subdesenvolvidos em fase de industrialização, esses apresentando desequilíbrios entre as atividades industriais e agrária.

Partindo da premissa nacional-desenvolvimentista, o governo de Juscelino Kubitschek também tinha como discurso reparar as desigualdades sociais e inserir o Brasil na modernidade, sustentando-se na concepção de que dependia do Estado e do desejo coletivo a construção dessa nova sociedade (Schwarcz e Starling, 2015). A partir da década de 1950, na Geografia



econômica tem se concentrado no estudo da distribuição espacial das atividades econômicas (Silva, 1988). Essa funcionalidade permeia todos os cursos do enfoque “Geografia Econômica” dos cursos de aperfeiçoamento. Notamos a predominância de cinco temas mais abordados: Extrativismo, Indústria, Agricultura e pecuária, Comércio e, Geografia e Economia. Notamos um predomínio de aulas voltadas para atividades extrativistas diretamente relacionadas ao desenvolvimento econômico, bem como a expansão do território brasileiro em busca de jazidas de recursos naturais a serem exploradas. Neste tema, os cursos tiveram como objetivo discutir a grande riqueza vegetal e mineral do Brasil e relacionar a diversidade de recursos com a vasta área do território e os diversos fatores físico-naturais que têm contribuído para essa diversidade. Os cursos detalharam as atividades de exploração vegetal e mineral realizadas no país, localizaram-nas e compararam sua extração por meio de dados estatísticos entre estados e regiões do país.

Predominava também as aulas sobre as atividades industriais, valorizando conteúdos relacionados aos primórdios da indústria no Brasil, aos fatores de localização industrial e à concentração geográfica das indústrias na região Sudeste e sua participação significativa na produção nacional. Também partilhavam a ideia de que a industrialização teria como objetivo o desenvolvimento da economia do país e o rápido aumento do rendimento nacional. Tais aulas são caracterizadas por uma descrição da atividade industrial e sua localização no espaço nacional, bem como uma comparação entre o desenvolvimento da indústria e da produção nos estados e regiões do Brasil. Tentaram também apresentar as razões dos fracassos/atrasos econômicos em regiões onde a industrialização não era tão visível.

No tópico sobre o comércio, os conteúdos tinham como foco apresentar o comércio no Brasil, esse sendo resultado do mercado que, evoluía conforme o grau de desenvolvimento econômico-social. Desta forma, as aulas têm em comum a utilização de dados estatísticos para apresentar índices e informações sobre o desenvolvimento do comércio no país, no qual se parte de uma abordagem de descrição e enumeração das atividades realizadas nas regiões brasileiras. Notamos, com isto, um foco sobre a região sudeste, considerada a região econômica mais dinamizadora do Brasil, estando as outras regiões exercendo uma relação de subordinação a ele. Por fim, as aulas do tópico Geografia e Economia estavam mais voltadas para a teoria e as concepções sobre a Geografia Econômica. A abordagem sobre a Geografia Econômica do Brasil, foi fundamentada na concepção moderna da Geografia Francesa, o econômico aparece, muitas vezes desarticulado, como desdobramento das atividades humanas (Nunes, 2005). Os trabalhos geográficos desenvolvidos no Brasil, seguiram este modelo até os anos de 1970, onde

a Geografia Econômica se limitava ao estudo da vida econômica da região, discutindo os fluxos, o trabalho, a produção da população, do comércio, da indústria, transportes, entre outros elementos do quadro regional.

A educação aparece como uma aliada a essa ideologia, pois visava preparar disciplinas que atendam à demanda trabalhista do país e exijam formação “prática” (Cardoso, 1977). Podemos ver a defesa deste conceito pelos educadores no Manifesto de 1959, dando sequência ao Movimento Escola Nova da década de 1930. Defendia-se que a educação pública tinha que ser reestruturada a fim de contribuir para com o progresso científico e técnico, para o trabalho produtivo e o desenvolvimento econômico e, o aparelhamento educacional deveria submeter-se a essas influências para se adaptar à realidade econômica (Libâneo, 1992). No que diz respeito ao papel do professor, o movimento da Escola Nova enfatizava a importância da formação continuada e do aperfeiçoamento profissional. Também eram incentivados a adotar metodologias ativas e envolventes, como o ensino através da experiência, e a utilizar recursos visuais e técnicas interativas para ensinar. Além disso, eram encarregados de planejar as aulas para desenvolver as habilidades práticas dos alunos, como trabalhos manuais e atividades laboratoriais. Nisso, o ensino da Geografia era visto como uma oportunidade para auxiliar os alunos a entender e se relacionar com o mundo ao seu redor, além de ser visto como uma ferramenta para promover a consciência cívica e uma perspectiva global dos alunos.

Temos também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada somente em 1961 pelo presidente João Goulart, que previa como objetivo principal da educação a compreensão dos direitos e deveres da pessoa, do cidadão, do Estado e a comunidade; fortalecer a unidade nacional e a solidariedade internacional e preparar os indivíduos e a sociedade para dominar os recursos científicos e tecnológicos. Através dessa legislação, criou-se um perfil liberal do sistema educacional brasileiro que atendeu às necessidades do capitalismo (Pizzato, 2001). O ensino de Geografia no nível médio deveria propiciar a interpretação de seu país e um sentido de integração na civilização brasileira. A Geografia, como o estudo da Terra como habitat do homem, teria como objetivo estudar as ações e reações entre os fenômenos naturais e culturais, a fim de levar a compreensão dos fatos como viviam os grupos humanos.

Os cursos do IBGE estavam plenamente alinhados com as Reformas educacionais, inclusive com a defesa dos fundamentos da LDB de 1961. Dessa forma, os cursos mostravam que a parte da educação que precisava ser renovada era o professor. O professor de Geografia deveria apoiar-se nos princípios da ciência geográfica, procurar causas, relacionar fatos e

mostrava a constante interdependência dos fenômenos geográficos. Compartilhavam também do pensamento de que a Geografia estava a serviço do homem, servindo à coletividade, como base do ensino, de pesquisas, planejamentos de grande envergadura, bem como, constitui fator indispensável para a integração do homem ao meio pátrio e internacional. Desta forma, o professor de Geografia continuou a desempenhar um papel importante na contribuição para a formação cívica e moral dos alunos. Por meio do professor e das aulas de Geografia o aluno teria o conhecimento sobre o Estado nacional, desta forma, deveria ser praticado em um ritmo onde o aluno pudesse acompanhar, deveria se evitar o estudo pormenorizado da Geografia, o professor deve esquematizar, esclarecer e cultivar a humildade intelectual.

Durante o período da ditadura militar, procurou também implementar um projeto de modernização motivado pela industrialização e pelo crescimento econômico, mas caracterizado pelo apoio a um formato abertamente ditatorial. A modernização do sistema econômico capitalista foi um meio de eliminar a ameaça comunista, na qual era necessário promover a Reforma do aparelho de Estado. Com isto, a repressão visava eliminar os opositores do regime, enfatizando um discurso nacionalista e orientado para o desenvolvimento, a fim de neutralizar as massas da população que esperavam pela prosperidade econômica. A construção de um “Brasil Potência” foi a base da propaganda dos governos militares que, buscaram condicionar a legitimidade do regime ao grau de eficiência na esfera econômica e financeira. Com isto, verifica-se entre 1968 e 1973 a ampliação do comércio mundial e do capital financeiro internacional, período de rápido crescimento da economia brasileiro que ficou conhecido como “milagre brasileiro”.

Desde a década de 1960 e início da década de 1970, a Geografia abrange o estudo do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, considerando questões de recursos naturais, produção e comércio a partir de uma perspectiva de desenvolvimento (Silva, 1988). Podemos ver essa tendência também presente nos cursos de aperfeiçoamento, em que a exploração dos recursos naturais e a sua finitude ocorre por razões econômicas e não por conservação, visando o equilíbrio natural. A ideia amplamente difundida em era que o Brasil precisava proteger melhor suas riquezas, exigindo recursos financeiros e racionalização para aproveitar ao máximo as áreas com potencial de exportação. Constatamos o conceito chauvinista do Brasil como potência discutido no curso, no qual prevaleceu a opinião de que países grandes e com grandes populações tendem a se tornar grandes potências e a se industrializar. Levando essas questões em consideração, percebemos haver uma crença no projeto de desenvolvimento da industrialização brasileira e num futuro próspero para o país.

Como resultado do golpe, o Estado foi forçado a organizar-se consoante a doutrina da segurança nacional e as perspectivas de desenvolvimento do país. Desta forma, a reformulação do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral contribuiu para o aperfeiçoamento técnico do planejamento, ferramenta amplamente utilizada pelo regime militar e incluída em diversos planos de ação governamentais. A Geografia se alinha a partir da concepção de planejamento do desenvolvimento econômico, voltando-se sobretudo para a modernização e o crescimento econômico, sem maiores preocupações com a problemática social. Nesse período, o IBGE continuou a funcionar como um dos órgãos criadores da estrutura de planejamento do Estado. Nas décadas de 1960 e 1970, o Instituto torna-se um dos principais difusores da Geografia quantitativa brasileira, possibilitado, segundo Lamego (2010), pela aproximação com a Geografia anglo-americana por meio da visita de geógrafos estrangeiros, pela mudança administrativa e nos cargos de chefia no IBGE. Esta Geografia, que procurava ir além dos métodos matemáticos e da criação de análises baseadas em modelos numéricos e indicadores para alcançar o rigor científico e metodológico, surgiu como uma tentativa de legitimar e dar espaço ao geógrafo no desenvolvimento de estratégias de planejamento. Visava-se no planejamento uma oportunidade da aplicação efetiva de seu campo de conhecimento, considerando que a Geografia seria apropriada para a tarefa de planejar ações sobre o espaço.

Percebe-se a influência da Geografia Quantitativa nos cursos de aperfeiçoamento, principalmente no eixo temático de cartografia. Notamos nele uma preocupação com a exatidão e a precisão do levantamento cartográfico, além da importância da apreensão dos conceitos pelo geógrafo para diferenciá-los dos leigos, essa diferenciação se daria pelo domínio da linguagem e do conhecimento técnico. A Geografia nesse contexto procurava explicar os diversos fenômenos e, dentro do possível, mensurá-los, sendo no campo da Geografia humana que os dados numéricos eram mais comuns, em decorrência dos recenseamentos e estimativas que forneciam uma série de dados de grande interesse para a Geografia. Para o Instituto, a consulta dos dados tabulados se constituía em uma indispensável fonte de informação para o pesquisador, ou para o professor. Esses dados quantitativos só tinham interesse geográfico quando localizados e analisados segundo a metodologia da ciência geográfica.

No contexto da educação, os militares procuraram garantir a organização racional e mecanizar o processo para minimizar intervenções subjetivas que comprometessem a eficácia da aprendizagem (Saviani, 2008). A nova orientação educacional resultou em uma tendência liberal tecnicista que visava preparar indivíduos qualificados para desempenhar funções práticas a fim de superar gargalos no mercado de trabalho. A escola aperfeiçoa a ordem social

vigente e articula-se com o sistema produtivo através da organização do processo de aquisição de habilidades, atitudes e os conhecimentos necessários para integrar os indivíduos no sistema social global, produzindo sujeitos competentes para o mercado de trabalho. O regime militar pretendia criar, na periferia do sistema capitalista global, uma sociedade urbano-industrial orientada pela racionalidade técnica e na qual a educação fosse entendida como um bem de consumo e tivesse a função de maximizar a produtividade da economia brasileira, baseada no treinamento do pessoal da população ativa. Dessa forma, a ditadura militar, enraizada no pensamento tecnocrático e autoritário, enfatizou o papel da escola como aparelho ideológico do Estado e aplicou uma perspectiva técnica ao ensino, resultando na produção de conhecimentos utilitário, fragmentado e sem sentido para os homens.

A última menção ao curso de férias no Boletim Geográfico foi a publicação de duas súmulas de aulas do curso realizado em janeiro de 1969 que foram publicados no Boletim de março - abril de 1970. Já a última menção na Revista Brasileira de Geografia foi uma notícia da realização do curso de julho de 1972 que fora publicada na edição de 1974. Nas edições posteriores destes periódicos não foram publicadas mais nenhuma informação sobre o curso de férias nem sobre sua realização e, principalmente, não relata o motivo do término dos cursos.

No entanto, em entrevista concedida a Revista Geosul em 1992, Roberto Lobato Corrêa, um dos geógrafos vinculados ao Conselho Nacional de Geografia que ministrava aulas nos cursos de férias, menciona que na década de 1960 e início de 1970, os geógrafos participavam ativamente da comunidade geográfica por meio da Associação dos Geógrafos Brasileiro e através dos cursos de aperfeiçoamento tanto para professores secundários como para professores de nível superior, como informado por Corrêa (1992), os cursos eram realizados tanto no Rio de Janeiro como nas cidades onde havia cursos de graduação em Geografia. Com a transformação em fundação no início da década de 1970, o Instituto adquiriu novas funções, como produzir indicadores sociais e econômicos mensais e anuais. Segundo o geógrafo, os economistas passaram a dominar o IBGE e, defender que os cursos de férias deveriam ser extintos e que deveriam ser de competência das universidades oferecê-los. Concordamos com o Corrêa quanto a extinção dos cursos ter sido uma enorme perda para Geografia,

“através desses cursos transmitia-se um conhecimento geográfico que, ao contrário do que se imagina, não é homogêneo, mas profundamente heterogêneo, cunhado em matrizes metodológicas diversas - imaginem, lado a lado, Speridião Faissol, Orlando Valverde, Alfredo Porto Domingues, Pedro Geiger e Nilo Bernardes. Neste sentido, os geógrafos do IBGE constituíam um corpo heterogêneo, como ainda é hoje, e como o são aqueles dos departamentos de Geografia das universidades brasileiras” (CORRÊA, 1992, p.37).



É importante abordar também que o elemento Geografia do IBGE, que tinha função e importância primordial dentro do Instituto, foi perdendo a sua relevância e foi sendo substituído para dar mais ênfase à estatística e à economia. “Na medida em que o sistema racional de planejamento desmantelou-se ou foi desativado ao final da década (afinal, efetivamente, não passa de uma ideologia), a Geografia do IBGE viu-se órfã” (CORRÊA, 1992, p.38).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta maneira, considerando as concepções aqui expostas, entendemos que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística atuou como um Aparelho Ideológico de Estado, interpelando ideologicamente, por meio dos cursos de aperfeiçoamento, a formação de professores de Geografia. Ao qual podemos apontar o alinhamento do Instituto com a Ideologia do Estado, colocando a Geografia a serviço do desenvolvimento econômico, onde citamos uma defesa de que o progresso social viria com a modernização do país, isto é, meio da industrialização. Entendemos que a construção do Brasil estava pautada no crescimento econômico e na integração de seu território, onde o povo não adquire papel central nesse projeto, no entanto, ele é a ferramenta que construiria o país. Isso fica evidente nas Reformas educacionais onde a educação não estava voltada para o desenvolvimento humano, visando o seu senso crítico e intelectual. No entanto, evocavam o desenvolvimento de habilidade e uma formação cívico-moral de trabalhadores que trabalhariam em prol do futuro da nação, atendendo a demanda de mão-de-obra do país.

Isto também se evidencia nos princípios da Escola Nova, nos quais foram baseados os cursos de aperfeiçoamento. Defende-se uma educação liberal e democrática para o trabalho e o desenvolvimento econômico, para o progresso das ciências e da técnica que residiam na base da civilização industrial. O ensino teria que ser um campo de experiência, renovação e evolução do homem e do seu universo, para poderem se servir de todos os recursos e instrumentos que a civilização atual lhes disponibilizava. O professor, desta maneira, era a chave da renovação do ensino e da formação cívico-moral do aluno. Por meio do professor e das aulas de Geografia o aluno teria o conhecimento sobre o Estado nacional. Desta forma, o IBGE dissemina na formação de professores a concepção de que cada instituição/ indivíduo exercia uma função específica, conferindo a sociedade como um conjunto estável e harmônica, enquanto mascarava a realidade política e social no Brasil.

ALTHUSSER, Louis. Teoría, práctica teórica y formación teórica: ideología y lucha ideológica. **Casa de Las Americas**, La Habana, Cuba, v. 1, n. 34, p. 5-31, 1966.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980. 121 p.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia: ciência da sociedade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. 246 p.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2012. 420 p.

ARANHA, Patricia. O IBGE e a consolidação da Geografia universitária brasileira. **Terra Brasilis**, [S.L.], n. 3, p. 1-19, 25 jun. 2014. OpenEdition.  
<http://dx.doi.org/10.4000/terrabilis.971>.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A Construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos Setores de Base. **Economia: Selecta**, Brasília, v. 7, n. 4, p. 239-275, dez. 2006.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, 14 nov. 2012. Universidade Estadual de Maringá.  
<http://dx.doi.org/10.4025/actascieduc.v34i2.17497>.

**BOLETIM GEOGRÁFICO**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1943-1974.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia. **Escola de Economia de São Paulo**: FGV, São Paulo, v. 191, p. 1-26, jun. 2009.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento- Brasil: JK - JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 371 p.

CORRÊA, R. L. Entrevista com o professor Roberto Lobato Corrêa. **Geosul**, n.12/13, 1991/1992, p.23-42.

**CURSO DE FÉRIAS PARA APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA DO ENSINO SECUNDÁRIO / ENSINO MÉDIO**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1962-1971.

DALLABRIDA, Norberto. **A Reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário**. Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009

LACOSTE, Yves. A Geografia: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 19. ed. Campinas: Papyrus, 2012. 240.p



LAMEGO, Mariana. **Práticas e representações da Geografia quantitativa no Brasil: a formação de uma caricatura.** 2010. 247 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos.** São Paulo: Loyola, 1992. v.1. 160p.

MARTINELLI, Marcello. A cartografia escolar na abordagem temática da Geografia. **Boletim de Geografia**, [s. l], v. 19, n. 2, p. 7-42, 2001.

MARTINELLI, Marcello. **Mapas da Geografia e Cartografia Temática.** 5. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009. 109 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio Claro, v. 4, n. 8, p. 166-176, 1991. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2322>. Acesso em: 13 nov. 2022.

NUNES, Flaviana Gasparotti. O econômico na Geografia: uma reflexão a partir da produção geográfica da USP. **Ra'e Ga**: Editora UFPR, Curitiba, n. 10, p. 83-92, 2005.

PENHA, Eli Alves. **A Criação do IBGE no Contexto da Centralização Política do Estado Novo.** Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 1993. 123 p. (Memória Institucional 4).

PINHEIRO, Antonio Carlos. **Trajatória da Pesquisa Acadêmica sobre o ensino de Geografia no Brasil 1972 - 2000.** 2003. 277 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geociências, Educação Aplicada À Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

PIZZATO, Maria Diloné. A Geografia no contexto das Reformas educacionais brasileiras. **Geosul**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 95-137, jan. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/14021/12871>. Acesso em: 20 set. 2022.

**REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, v. 4, n. 15, 1943

**REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1941-1974. Trimestral.

**REVISTA DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO.** Rio de Janeiro: Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, 1946.

ROMANELLI, Otaiza Oliveira. **História da Educação no Brasil.** 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. 261 p.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica.** 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. 203 p.

XV  
ENAN  
PEGE

ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E  
PESQUISA



SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 1112 p.

SILVA, Armando C. da. **O espaço fora do lugar**. São Paulo: Hucitec, 1988.

VLACH, Vania Rubia Farias. O Ensino De Geografia No Brasil: uma perspectiva histórica. In: VESENTINI, José William (org.). **O Ensino De Geografia No Século XXI**. 7. ed. Campinas: Editora Papirus, 2013. Cap. 6. p. 187-218.

ZARUR, Jorge. Geografia e Cartografia para Fins Censitários na América Latina. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 87-124, out-dez. 1948.